

Os Restelos do século do fascínio: a renúncia ao épico

Jane Tutikian
UFRGS

*Mas, afinal, as coisas grandes
são coisas pequenas.*
José Saramago

“Se não tivesse havido a Revolução, estaríamos exatamente como estamos agora. Teria havido uma transição como na Espanha, e teríamos tudo isto, a integração na Europa e tudo mais (...) Há algo que ninguém pode tirar: termos vivido neste século. Do ponto de vista coletivo, isso é algo que não tem preço.” Quem faz essa afirmação é José Saramago.(1998)

De fato, o século 20 é o século do fascínio, porque é o século das grandes transgressões históricas. São as duas guerras mundiais a colocar nas mãos do homem o destino do homem. É o avanço dos nacionalismos a determinar o fim de um conceito universal, importado do século 19, de nação. São as fronteiras que perdem sua visibilidade física para instaurar-se num plano cultural, onde as movimentações dos mecanismos de inclusão e de exclusão detonam o questionamento que nos persegue: quem somos? É a revolução técnica e tecnológica em todos os níveis, e temos de discutir a *pós* sem sequer termos dado conta da modernidade. É o homem que lança-se ao desconhecido e chega à lua, produzindo Restelos descrentes, os que atribuem aos da NASA as magias de Hollywood, e produzindo Restelos esquecidos, miseráveis, pelos cantos do planeta onde impera a nossa insensatez. Surgem as comunidades jovens, alternativas, mas, se Woodstock foi o que foi, as

margaridas foram pisadas, e o “v” da vitória, tão paz e amor, cedeu seu lugar ao “dream is over” de quem foi mais famoso “do que Jesus Cristo”. É a revolução sexual. As mulheres queimam os sutiãs em praça pública e descobrem o silicone. Que *overdose* o século 20! A derrubada do muro de Berlim torna-se o acontecimento mítico do século, e o capitalismo avança e a fome avança e o quarto mundo avança, aquele que Michel Serres (1999) define como a planetarização da miséria e da violência. Decreta-se o fim das utopias! Globaliza-se a economia, mundializa-se as comunicações, e impõe-se um diálogo cultural monológico sob a égide da hegemonia da única grande potência e uma promessa imperialista de que seremos todos civilizados, iguais e felizes, mas não nos dizem o custo disso. Talvez porque o custo seja o que somos.

De fato, nada substitui o fascínio de termos vivido o século 20, o século que joga com a nossa identidade, que reduz a heroicidade à anti-heroicidade em segundos e vice-versa, que nos coloca diante da grandiosidade pequena ou da pequenez grandiosa da nossa própria humanidade.

“Se tivesse que fazer meu auto-retrato, eu não faria da pessoa que sou. Faria da pessoa que gostaria de ser”, diz Saramago (1998), mas nem a tela nem a literatura do século do fascínio acolhe o desejo, ele não admite a exclusão, pinta-se/escreve-se o que se é para se saber o que se gostaria de ser. Talvez esse seja o traço fundamental da literatura portuguesa do último século.

Tracemos o percurso entre a épica moderna e a narrativa histórica do nosso tempo.

Se a linha mestra da literatura portuguesa é o nacionalismo, e Cleonice Berardinelli(1994) bem o demonstrou, é no século 20 que ele vai ganhar uma outra face, aquela em que o discurso laudatório vai ser substituído pelo discurso crítico, onde a grandiosidade das conseqüências culturais e políticas do ciclo dos descobrimentos marítimos, a freqüência do gosto épico e o misticismo ganham contornos outros, onde o passado vai deixando de presentificar-se para, enfim, dar lugar ao presente. E, já ensinava Mikhail Bakhtin (1978), existe uma fronteira intransponível entre o passado épico, uma espécie de totalidade absoluta, e o tempo real, o presente, o contemporâneo. Aquele se constrói sobre um passado mítico, ideal, perfeito, harmonioso, sem relação com o tempo real da existência, da experiência inacabada.

Fernando Pessoa, em *Mensagem* (1972), busca romper com essa fronteira, na medida em que a mundividência do século 20 consegue assumir um discurso épico. E, aí, dentro das teses levantadas por Gilbert Durand (2000), do anti-individualismo e da afirmação ontológica da realidade do mundo, mitifica a pátria, tanto quanto a si próprio, erguendo-se “como o ‘poeta’ (o criador) mais profundo das urgências da modernidade, “mensageiro” do “dia claro que no-adrô da erma noite começou...” (“O Quinto Império”) (Idem: 189)

Pois esse mensageiro joga o passado ideal, glorioso e mítico, das conquistas marítimas, de horizontes infinitos, contra um presente em terra, finito e inacabado, porque, no presente, não há como buscar “O Poder e o Renome”, porque o Rei não quer e “Deus não dá licença que partamos.”(Pessoa: 1972, 99), e a viagem que se empreende é, então, de uma outra ordem, mística.

Nessa épica polifônica e multifacetada, como polifônico e multifacetado é o próprio século 20, o passado eterno e glorioso cede seu lugar à decadência do presente, ao “Portugal a entristecer”. Quer dizer: Fernando Pessoa joga contra o discurso épico o discurso anti-épico, mas lança-se à ruptura da fronteira apontada por Bakhtin através de um único verso: “É a hora!” (Idem:104), verso que deve ser visto não como tempo pontual, mas como anúncio de um processo, devolvendo, assim, à *Mensagem* a sua epicidade, abrindo uma brecha para a chamada inversão histórica, em que o passado se pode realizar no futuro, como uma espécie de meta.

Afirma o Bakhtin:

Cette “inversion” singulière des temps, typique de la pensée mythologique et littéraire des diverses époques de évolution de l’humanité, se définit par une notion toute spéciale du temps, et en particulier de l’avenir.(...) Au futur appartient une réalité d’une autre spèce(...) Le futur et le présent et le passé ne sont pas homogènes, (...) il (o futuro) est démuní de tout contenu concret, il est assez vide e rarefié, étant donnés que tout ce qui est positif, idéal, nécessaire et désiré est relaté au passé par la voie de l’inversion, ou partiellement au présent, car c’est par cette voie que tout devient plus pondérable, plus concret e plus probant. (Bakhtin: 1978,294)

Assim, se o presente é anti-épico, o futuro o é como esperança pelo que já foi no passado.

Ocorre que o mundo da *Mensagem* é já regido por uma nova proposição mitológica – a da remitologização no sentido que lhe confere Mielietinski (1987) – a do desmaçaramento do real que, aqui, se faz em prol de uma realidade ideal, o V Império Espiritual, da perfeição, encarnado por D. Sebastião, mas sem perder-se de vista que “Cumpriu-se o mar e o império se desfez, senhor, falta cumprir-se Portugal!” (Pessoa.Op.cit. 57)

A seguir a lógica bakhtiniana de que o tempo real da experiência contrapõe-se à distância épica e à totalidade épica pela característica de finitude essencial do presente e da existência, ou que

L’époque contemporaine, en tant que telle, avec son aspect d’actualité vivante, ne pouvait (...) servir d’objet de représentation pour les genres élevés. (...)Le présent est transitoire, fugace, c’est une sorte de continuité éternelle, sans commencement ni fin (...)Le futur était pensé soit comme le prolongement du présent, soit comme fin, destruction ultime, catastrophe. (Bakhtin. Op. cit. 455),

é preciso que aportemos no Neo-Realismo, de que *Gaibéus*, de Alves Redol, é a obra inaugural, onde, de vez, se descarta a possibilidade de um discurso épico. Trata-se, agora, do fato de que, segundo Alexandre Pinheiro Torres (s.d., 192), “Defender a Razão contra a Intuição, a Clareza contra o Mistério, a História contra o Mito, é defender o realismo em arte.”

Ao contrapor-se à alienação – de que acusa o Presencismo – quer uma literatura engajada de fato, negando a utopia instituída, negando o idealismo e o imaginário em favor da *praxis*, voltada, portanto, para os problemas *concretos* do país. Esses problemas dizem respeito à evidência das diferenças impostas pelas relações de poder. Portugal vinha de uma monarquia absolutamente problemática, passara para uma república que só agravara os problemas sociais e entrara num Estado Novo, com a Constituição de 1933, que estava longe de trazer qualquer perspectiva de um futuro justo.

Aqui, o discurso épico se constrói do lado do poder, enquanto à literatura cabe desmitificá-lo através do engajamento. Assim como na expansão marítima os descobrimentos tinham uma intencionalidade épica e de sacralização da pátria, assim também o Estado Novo tinha essa mesma idéia. E até o fim Salazar defendeu um império uno e indivisível, do Minho ao Timor. A base filosófica é buscada na Idade Média, no espírito de religiosidade do povo português. Defende-se a idéia de que e “Não se discute Deus. Não se discute a família. Não se discute a Autoridade.(...) É Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às Autoridades.” (Salazar apud Rosado: 1994, 3). É com essa base que o Estado passa – como

todo o Estado totalitário – a se nutrir e a nutrir o povo com imagens idealizantes de si mesmo, tendo como sustentação um forte aparelho repressor. É contra esse discurso que o Neo-Realismo se debate, buscando conhecer a situação do homem no mundo do seu tempo, “mas do homem mergulhado na luta pela libertação de estatutos sociopolíticos da Desigualdade e da Injustiça.” (Torres. Op. cit. 199,200).

Se em seu primeiro momento a problemática social ou grupal preenchia o romance neo-realista com a apresentação do personagem coletivo, quando Redol dá literariedade aos grupos de classe social inferior mostrando um mundo também luso marcado pela desgraça, logo veio a registrar sua limitação. A fórmula não vislumbrava quaisquer tentativas de reestruturação de formas e de temas. O próprio Redol afirmara no famoso prefácio de 39: “Este romance não pretende ficar na literatura como obra de arte. Quer ser, antes de tudo, um documentário humano fixado no Ribatejo. Depois disso, será o que os outros entenderem.”

Foi justamente na procura de uma maior dinamização do movimento que se evoluiu do que, em última análise, era uma crônica social para um enfoque individual e particularizante, notado sobretudo a partir de 50, coincidindo com a entrada do Existencialismo e o do Nouveau Roman em Portugal.

A geração de 50 já não apela para a revolta literária misticamente lírica, como a de Orpheu, é uma geração que se estuda no seu próprio tempo, chegando a uma literatura de desmitificação, de negação e, ao mesmo tempo, trágica na certeza de que o destino do indivíduo lhe é negado. Urbano Tavares Rodrigues, Vergílio Ferreira, Fernanda Botelho, José Cardoso Pires e Augusto Abelaira procuram desvendar a estratificação do espaço sócio-político-económico que lhes pertence. O ato de escrever é que é o portador da esperança num tempo sem esperança, abrindo novas perspectivas temáticas, possibilitando ao romance, adquirir dimensões para além do institucionalizado, resultando na desagregação do modelo tradicional. Estamos diante do que Alexandre Pinheiro Torres (Op.cit.213) assim explicita: “o compromisso estabelece-se no sentido da compatibilidade da eternidade da obra literária ou artística com a fidelidade às exigências irrecusáveis da época histórica que reflete.”

Se o aprendizado – épico, dentro da ótica do Estado – do elevado valor da obediência, marcado pelo direcionamento ideológico e pelo cerceamento das liberdades durou 48 anos, o 25 de Abril significou a instauração de um tempo marcado por profundas transformações histórico-político-sociais que se refletem em todas as manifestações artísticas e de forma muito particular na literatura.

Há que se salientar, entretanto, que à euforia imediata ao desmoronamento do fascismo sucede a perplexidade. Foi “sem transição” que “o povo português passou da consciência de um sistema semitotalitário ou mesmo totalitário, para a boa consciência revolucionária sem mesmo se interrogar.” Daí a necessidade de revisão do exercício e da marcha democrática, até porque, ainda segundo Eduardo Lourenço(1984,8) , as revoluções são grandes consumidoras do imaginário ativo e, nesse sentido, a revolução portuguesa foi muito mais uma revolução sonhada do que vivida. Assim,

Buscando encontrar-se, a geração dessa época vive esse momento histórico e posteriormente faz do mesmo a sua leitura. Procura entender o sentido da liberdade anunciada, definir seus caminhos, refletir sobre o acontecido. Então, mitos são derrubados, segredos desvendados, alertando, assim, a sua idéia sobre a pátria e sobre si mesma. (Simões: 1992, 659).

“Nós todos estávamos convencidos de que havia um pensamento filosófico e político tolhido pelo fascismo antes da Revolução. E o drama é que, quando se tirou o telhado

à casa, viu-se que estava vazia.”, afirma Lídia Jorge em entrevista a Cremilda Medina. (1983,487). E esse vazio a que alude situa-se na região fronteiriça entre o sonho e a ação, uma vez que, comenta ainda, “temos, por um lado, a total força para sonhar (somos verdadeiros megalômanos da aventura) e, por outro lado, a debilidade para agir.” (Idem. 489). Esse vazio a que refere Lídia Jorge é aquele de toda uma geração que viveu a “revolução mítica” e aí construiu sua obra. Se alguns já haviam “separado de seu mito, como Vergílio Ferreira, ou haviam glosado até a vertigem, como Augusto Abelaira, limitando-se outros, como Fernando Namora, a caminhar, calmamente ao lado”, (Lourenço:1984, 8), no momento imediato, a Revolução significou, para eles, silêncio. O mesmo silêncio que Maria Alzira Seixo (1984) atribui não apenas ao impedimento da publicação, através da censura, mas ao condicionamento e à sensação da inutilidade de produzir, como fatores inibidores da criação.

É o momento, então, em que vem à cena a chamada Geração de Abril com a repensagem da História imediata portuguesa e da sua atuação na África. É o momento de Lobo Antunes, Lídia Jorge, Eduarda Dionísio, Almeida Faria. Creio que, de fato, essa última geração vem na esteira da chamada Geração de 50, estudando-se no seu próprio tempo e contribuindo para o redimensionamento da linguagem ficcional daquela. E o grande traço de contemporaneidade da Literatura Portuguesa, tem sido o dialogismo, no sentido que lhe confere Bakhtin. A literatura não mais representa a História como unidade, escuta as suas vozes como uma espécie de jogo de confrontações e o resgate do passado épico, não raro, se faz pela paródia, pela ironia, pelo carnaval.

Certo é que, seja da forma que for, esse diálogo vem sim, como quer José Saramago (1990) com uma perspectiva definida de correção da História, e correção para o presente. É nesse sentido que a História portuguesa de fim de século aflora com toda a sua inquietação, seja pela atuação na África, seja pelo homem português que a revolução e o nosso tempo, o do multiculturalismo, produziram.

Nada mais doloroso do que aquele diálogo – através da diatribe – de um bêbado, cômico e trágico, trágico porque paradoxalmente lúcido, na mesa de um bar, em que conta uma aprendizagem mais penosa do que simplesmente “ser homem”, a aprendizagem da traição do regime salazarista a uma geração inteira, roubando-lhe não apenas a liberdade, mas condenando-a à solidão, ao desterro, a tempo nenhum, em *Os cus de Judas*, de Lobo Antunes. Nada mais estarrecedor do que *O jardim sem limites*, de Lídia Jorge.

O que se evidencia, paralelamente ao esforço de construção da democracia, é a degradação em todos os níveis, num espaço marcado pelo fim das utopias e dos mitos no final da década de 70, pela crise geral de valores que traz consigo a crise da identidade.

A década de 80, por sua vez, em que Gorbachev dá o empurrão inicial à queda do sistema, revela-se pela derrocada ideológica do mundo comunista. Em Portugal, a modernização social, inclusive pela entrada na Europa, choca-se com crescentes dificuldades em uma sociedade dotada de liberdade civil antes da econômica, o que faz permanecer a desigualdade, o arcaísmo e a desorganização social. Portugal encontra dificuldades para enfrentar a globalização do mercado.

Culturalmente, a década de 80 traz consigo uma geração distanciada dos temas do 25 de Abril, desconfiada do social e das ideologias, colocando em seu lugar a confiança nas instituições, no mercado e no indivíduo. A comunidade como vivência coletiva perde seu lugar, mas não se perde um certo consenso de “portugalidade” e de identidade nacional. E, aqui, se encontra *O jardim sem limites*, onde circulam jovens sem rosto e sem identidade, frutos da globalização e do multiculturalismo, devorados e asfixiados pelas contradições.

Nesse sentido, as personagens da “Casa da Arara” são porta-vozes da atualidade, e o chamamento de Fernando Pessoa, do início do século, em *Mensagem*, se renova: “É a hora!”

porque a imobilidade – que foi tema recorrente também na geração de 50 – levada ao extremo é, tal qual se lê em *O jardim sem limites*, a morte, morte de um povo, de uma cultura.

Se, em Fernando Pessoa, aquele verso promete o passado no futuro, num plano místico, agora não, agora é a cisão com a prisão ao passado, é a ruptura com os velhos mitos, com passado épico nacional, para que se possa, conhecendo, transformar a experiência continuamente, eternamente inacabada do presente, com toda a sua pluralidade, a sua mestiçagem, no sentido que lhe confere Michel Serres(1999), como modelo concomitante de saber e de cultura, e suas contradições.

Hoje, passadas quase três décadas da Revolução, entrado na União Européia, trocado, segundo Eduardo Lourenço (1994), o V Império pelo El Dourado tão próximo, difícil compactuar com a idéia de Saramago (1998) de que com ou sem o 25 de Abril Portugal seria o mesmo, mas difícil também não compactuar com a idéia de que “ há algo que ninguém pode tirar: termos vivido neste século.” Um século em que a literatura portuguesa inicia com Pessoa (1965,382) que, não acreditando – “Grandes são os desertos, e tudo é deserto.” –, mitifica e mistifica, crê em tudo. Um século que termina com Saramago (1998), iconoclasta absoluto – “A eternidade não existe e, portanto, nada é permanente. Chegará um momento em que tudo acabará(...) tudo o que fizemos aqui, a Capela Sistina, *Don. Quixote*, *Macbeth*, *Os Lusíadas*, *Crime e Castigo*, todas as grandes obras da arquitetura, tudo isso será como se não tivesse existido. E o universo não lembrará de nós” – e crê em nada. Esse século em que tudo é grande: as grandes guerras, os grandes retrocessos, os grandes avanços, as grandes curas, as grandes doenças, as grandes riquezas, as grandes misérias, os grandes contrastes enfim, que terminam por relativizar o grande. Um século de perda de um humanismo e de preparo de um outro que, segundo Serres (1999), será guiado pelas ciências duras. Mas ninguém nos poderá tirar este despertar – em plena mundialização de tudo! – lento dos nossos Restelos, sensatos e insensatos, quando, ao lermo-nos, buscamos a nós, as nossas próprias histórias nas brechas das Histórias oficiais, desmitificando, dessacralizando, subvertendo, deixando que falem os nossos esquecidos e, acima de tudo, resistindo. É que a literatura é resistência daquilo o que essencialmente somos, a nossa identidade primeira, mas é também ponte, é também elo, é também troca e é, sobretudo, um compartilhar de existência. Produção simbólica solidária, ela revela, mesmo quando esconde e, ainda assim, nos permite ser *senhores da nossa própria casa*.

Referências Bibliográficas

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin & PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História Social da Literatura Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1994.
- ANTUNES, Antonio Lobo. **Os cus de Judas**. Lisboa: Dom Quixote, 1983.
- BAKHTIN, Mikhail. **Esthétique et théorie du roman**. Paris: Gallimard, 1978.
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- BERARDINELLI, Cleonice. **Nacionalismo, linha mestra da literatura portuguesa**. In: **II Simpósio luso-afro-brasileiro de literatura: nacionalismo, regionalismo**. Lisboa: Cosmos, 1994.
- CUADRADO, Perfecto E. **El Neorealismo. La página**. Madrid, **23**(1), 1996.
- DACOSTA, Fernando. **Máscaras de Salazar**. Lisboa: Notícias, 1998.
- DURAND, Gilbert. **Imagens e reflexos do imaginário português**. Lisboa: HUGIN, 2000.
- JORGE, Lúcia. **O jardim sem limites**. Lisboa: Europa-América, 1995.
- LOURENÇO, Eduardo. **Literatura e revolução. Colóquio Letras**, Lisboa, **78**, 1984.
- _____. **A Europa desencantada. Para uma mitologia européia**. Lisboa: Visão, 1994.
- MEDINA, Cremilda de A. **Viagem à literatura portuguesa contemporânea**. São Paulo: Nórdica, 1983.

- MIELIETINSKI, E. M. **A poética do mito**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- PESSOA, Fernando. **Mensagem**. Lisboa: Ática, 1972.
- _____. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.
- RODRIGUES, Inara. **Entre a História e a ficção**: diálogo de várias vozes no resgate da utopia. Tese de doutorado, sob orientação de M. L. Remédios e C. Reis, defendida na PUCRS, 2001.
- ROSADO, Pedro G. *Retratos: os heróis cabisbaixos do Estado Novo: a síndrome do contestável*. **Diário de Notícias**. Lisboa, 13 abr. 1994.
- SARAMAGO, José. Literatura e História. (1990) In: REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura**. Introdução aos estudos literários. Coimbra, Almedina, 1995.
- SEIXO, Maria Alzira. Ficção. **Colóquio Letras**, 78, 1984.
- SIMÕES, Maria de Lourdes Netto e outros. **Temas portugueses e brasileiros**. Lisboa: Ministério de Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- TORRES, Alexandre Pinheiro. **Romance: o mundo em equação**. Lisboa: Portugália, s.d.
- TUTIKIAN, Jane. **Inquietos olhares**: A construção do processo de identidade nacional nas obras de Lídia Jorge e Orlanda Amarílis. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.
- Documentário *Vida*: José Saramago, *People and Art*, GNT, 1998.
- Programa *Roda Viva*: Michel Serres, TV Cultura, 1999.